



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

PORTARIA COREN-ES N.º 390/2023

Designa conselheira para emissão de parecer fundamentado referente aos fatos citados no PAD n.º 369/2023.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo – Coren/ES, no uso da competência consignada no inciso XIV, do art. 15, da Lei n.º 5.905/73, e tendo em vista os incisos XIII e XXXII do art. 20 do Regimento Interno da Autarquia;

CONSIDERANDO a Decisão Coren-ES n.º 095/2022, expedida em 30/11/2022, e publicada no Diário Oficial da União em 14/02/2023;

CONSIDERANDO a entrada em vigor do novo Código de Processo Ético – Resolução Cofen n.º 706/2022;

CONSIDERANDO a Decisão Coren-ES n.º 023/2023, bem como a Portaria Coren-ES n.º 175/2023

CONSIDERANDO a denúncia formulada pela Enfermeira E. M. L. C., em desfavor da Enfermeira M. C. V., por suposta prática de perseguição, ameaça e difamação;

CONSIDERANDO o Despacho do Coordenador da Câmara de Ética n.º 2049/2023 (fl. 15), emitido em 07 de agosto de 2023;

Baixa as seguintes determinações:

Art. 1º – Designar a conselheira **Thais Pereira, COREN-ES 536237-TE**, para no prazo de 20 (vinte) dias, emitir parecer fundamentado, conforme o art. 12, § 1º da Resolução Cofen n.º 706/2022, esclarecendo se os fatos relatados na denúncia apresentada têm indícios de infração ética e se preenchem as condições de admissibilidade para abertura de processo ético:



Art. 12 - A denúncia deverá ser encaminhada à Câmara de Ética do Coren, a qual examinará o atendimento aos requisitos de admissibilidade.

§ 1º - Recebida a denúncia **o Coordenador da Câmara de Ética designará Conselheiro Relator, entre seus membros**, que emitirá parecer de admissibilidade no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º - Na hipótese de denúncia anônima, havendo plausibilidade e motivação, poderá o Conselheiro Relator instaurar procedimento preliminar de averiguação, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, cuja conclusão deverá indicar a admissibilidade ou não da denúncia, que será de ofício caso admitida.

§ 3º - O Conselheiro Relator poderá promover diligências para melhor juízo de admissibilidade, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, ou realizar audiência de conciliação.

§ 4º - Não havendo a conciliação entre as partes, o relator terá o prazo de 20 (vinte) dias para emitir parecer de admissibilidade.

§ 5º - Finalizado o parecer, a Câmara de Ética deliberará e votará sobre a admissibilidade ou não da denúncia, com decisão da maioria dos membros efetivos.

§ 6º - O resultado ficará registrado em ata, com votação nominal, e constará dos autos processuais com o parecer e a decisão. [grifo nosso]

Art. 2º – A conselheira citada no Art. 1º fará jus ao recebimento de auxílio representação, mediante comprovação do efetivo exercício da atividade, conforme Decisão Coren-ES nº 067/2022.

Parágrafo único – Havendo a necessidade de realização de diligências, a Conselheira deverá solicitar autorização previa à Presidência. Em sendo autorizada a solicitação, deverá ser emitido novo ato designatório.

Art. 3º - O Parecer de Conselheira deverá ser emitido sob o nº. 104/2023.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vitória (ES), 07 de agosto de 2023.

Dr. Leonardo França Vieira
COREN-ES 223169-ENF
Coordenador da Câmara de Ética
Portaria Coren-ES nº 175/2023